

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**SELEÇÃO PÚBLICA**  
EDITAL N° 02/2014



## ESTAGIÁRIOS

Organizadora:



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**01**

**Acerca do Juizado Especial da Fazenda Pública, tal qual preceitua a Lei Federal nº 12.153/2009, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, exceto as autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, cujas causas serão processadas nos Juizados Especiais Cíveis.
- ( ) Quando se tratar de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor.
- ( ) Nas causas de que trata a Lei que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública não haverá reexame necessário.
- ( ) Aplicam-se às causas processadas no Juizado Especial da Fazenda Pública os prazos diferenciados para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.

**A sequência está correta em**

- A) V, F, V, F.                      B) F, V, V, F.                      C) F, V, F, V.                      D) V, F, F, F.

**02**

**Os juizados especiais cíveis e criminais são um importante meio de acesso à justiça, pois permitem aos cidadãos buscarem soluções para seus conflitos cotidianos de forma rápida, eficiente e gratuita. São órgãos do Poder Judiciário, disciplinados pela Lei nº 9.099/1995. No que tange à competência desses Juizados, é correto afirmar que**

- A) as ações de despejo para uso próprio não se encontram na esfera de competência dos Juizados regulados pela Lei nº 9.099/1995.
- B) não se incluem na competência dos Juizados Especiais as causas relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
- C) compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados e dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até sessenta vezes o salário mínimo, observadas as disposições legais pertinentes.
- D) o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, dentre elas, as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a sessenta vezes o salário mínimo.

**03**

**Os juizados especiais cíveis e criminais dispõem de Juiz, Conciliadores e Juízes Leigos para a efetivação da prestação jurisdicional. Relacione adequadamente as colunas a seguir.**

- 1. Juiz.                                      ( ) Trata-se do Juiz Togado, ou seja, é o magistrado de carreira lotado no Juizado Especial.
- 2. Conciliador.                            ( ) Fica impedido de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no
- 3. Juiz Leigo.                                desempenho de suas funções.
- ( ) É auxiliar da Justiça, recrutado preferencialmente entre os bacharéis em Direito.

**A sequência está correta em**

- A) 2, 3, 1.                                  B) 1, 2, 3.                                  C) 2, 1, 3.                                  D) 1, 3, 2.

**04**

**“Aberta a sessão, o Juiz Togado ou Leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da \_\_\_\_\_, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio. Obtida a \_\_\_\_\_, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz Togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.” De acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.099/1995, assinale a alternativa que apresenta o instituto que preenche corretamente as lacunas do trecho anterior.**

- A) mediação                                  B) transação                                  C) conciliação                                  D) arbitragem

**05**

**Em se tratando da relação de causalidade, segundo o Código Penal Brasileiro, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- B) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- C) Tem o dever de agir quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- D) A superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, não exclui a imputação.

**06**

**“É aquele através do qual a lei permite à Administração Pública aplicar penalidades às infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas a ela ligadas.” Trata-se do poder**

- A) de Polícia. B) disciplinar. C) hierárquico. D) discricionário.

**07**

**Os artigos inaugurais do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940) trazem importantes fundamentos da legislação brasileira nesta seara e estabelecem princípios que norteiam a aplicação da lei penal. Em se tratando desse assunto, analise as afirmativas.**

- I. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- II. Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

**Estão corretas as afirmativas**

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

**08**

**A Resolução nº 661/2011 institui em todas as comarcas do Estado os “Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania”, unidades do Poder Judiciário que concentrarão a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão. São previsões a respeito da instalação e o funcionamento de tais Centros, de acordo com a Resolução nº 682/2011, EXCETO:**

- A) Os setores pré-processual e processual são responsáveis por realizar as audiências e sessões de conciliação, respectivamente.
- B) Ao setor de cidadania incumbe atender e orientar o cidadão, passando a integrá-lo também o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SEAC).
- C) Os Centros também contarão com a atuação de estagiários, a qual será regulamentada em ato normativo expedido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.
- D) O Coordenador e os Juízes Adjuntos serão designados mediante Portaria do Presidente do Tribunal de Justiça, após treinamento realizado conforme conteúdo programático estabelecido em norma específica.

**09**

**“O(A) \_\_\_\_\_ é o órgão constituído pelos treze desembargadores mais antigos e por doze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.” De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- A) Tribunal Pleno C) Conselho da Magistratura  
B) Órgão Especial D) Corregedoria Geral de Justiça

**10**

**A jurisdição de primeiro grau, consoante o que prevê a Lei Complementar nº 59/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado, é exercida, dentre outros, por:**

- A) Tribunal do Júri. C) Desembargadores.  
B) Tribunal de Alçada. D) Juízes convocados do Tribunal de Justiça.

**11**

**Em matéria de Direito Consumerista, mais especificamente no que concerne à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, analise as afirmativas.**

- I. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- II. Mesmo que o produtor comprove não ter colocado o produto no mercado, será responsabilizado pelos danos causados aos consumidores.
- III. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

**Estão corretas as afirmativas**

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

12

É correto afirmar, a respeito da validade dos negócios jurídicos, que

- A) a validade da declaração de vontade dependerá de forma especial.
- B) a validade do negócio jurídico requer objeto lícito, possível e obrigatoriamente determinado.
- C) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- D) não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.

13

Ao consumidor adquirente de produto durável ou não durável, cujo vício de qualidade não seja sanado no prazo máximo de trinta dias, é garantido o direito de exigir, alternativamente e à sua escolha, EXCETO:

- A) O abatimento proporcional do preço.
- B) A substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- C) A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- D) Não sendo possível a substituição do bem, a substituição por produto de outro modelo ou marca, ainda que de preço maior, arcando o fornecedor com o eventual prejuízo.

14

Nas palavras de Alfredo Buzaid, “o magistrado deve dispor de instrumento legal para repelir de maneira enérgica os atos de má-fé protagonizados por qualquer das partes e seus procuradores, porque o Estado é a própria vítima”. Segundo o eminente jurista, ainda, a litigância de má-fé compromete a própria respeitabilidade de que deve gozar a função jurisdicional, um dos pilares do Estado Democrático de Direito. A respeito do tema, o Código de Processo Civil prevê que o juiz ou o tribunal, de ofício ou a requerimento, aplicará as seguintes sanções ao litigante de má-fé, EXCETO:

- A) Pagamento à parte contrária dos honorários advocatícios.
- B) Pagamento à parte contrária de todas as despesas que efetuou.
- C) Pagamento de multa não excedente a 10% sobre o valor da causa.
- D) Indenização à parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, em quantia não superior a 20% sobre o valor da causa.

15

Considere as afirmativas.

- I. Não é lícito deduzir novas alegações, depois da contestação, relativas a direito superveniente.
- II. Se o réu não contestar a ação que verse sobre direitos indisponíveis, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- III. A contestação e a exceção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas, enquanto que a reconvenção será processada em apenso aos autos principais.
- IV. Verificando o juiz que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias.

Conforme o que preceitua a legislação processual brasileira, está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) III.
- B) IV.
- C) I e II.
- D) II, III e IV.

16

De acordo com o que dispõe o Código Civil Brasileiro a respeito da invalidade do negócio jurídico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.
- ( ) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- ( ) É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.
- ( ) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, V, F.
- C) V, V, F, V.
- D) F, V, F, F.

17

São relativamente incapazes, consoante o Código Civil Brasileiro atualmente em vigor, EXCETO:

- A) Os pródigos.
- B) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- C) Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- D) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

18

Segundo ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello, “a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação ao próprio direito, configurando ilicitude, que sujeita a conduta viciada à invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de pauta jurídica, na conformidade do art. 37 da Constituição”. Este excerto traduz qual princípio do Direito Administrativo?

- A) Princípio da Licitude. C) Princípio da Autotutela.  
B) Princípio da Legalidade. D) Princípio da Moralidade.

19

Os direitos e deveres individuais e coletivos expressos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traduzem verdadeiros alicerces do ordenamento jurídico brasileiro, trazendo de forma expressa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. NÃO representa um direito estabelecido pelo referido dispositivo legal a garantia do(a)

- A) direito de herança.  
B) irredutibilidade salarial.  
C) direito de propriedade.  
D) direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

20

As decisões tomadas em primeira e segunda instâncias podem ser revistas pelos tribunais considerados da “terceira instância”, apesar de esse grau de hierarquia não existir formalmente no Poder Judiciário, por meio de recurso. NÃO representa um Tribunal desta categoria:

- A) STF. B) TSE. C) TRF. D) STM.

### LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para responder às questões de 21 a 35.

#### O apocalipse digital

*O problema não são os equipamentos eletrônicos. O problema é que criamos diante da correspondência digital uma atitude ansiosa e passiva.*

Deu no jornal que o primeiro-ministro da Bélgica, Elio Di Rupo, interrompeu um discurso que fazia no Parlamento para atender e responder a uma mensagem pelo celular. A discussão na imprensa (e entre as pessoas que leram a notícia) acabou tendendo na direção do “apocalipse digital”. É algo mais previsto e mais anunciado do que o fim do mundo pelo Calendário Maia. O apocalipse digital, segundo os seus profetas, é um processo acelerado de despersonalização das relações humanas face a face, que serão substituídas pelas engenhocas eletrônicas: computadores, *notebooks*, *palmtops*, *smartphones*, *tablets* etc. As pessoas só falarão umas com as outras por meio desses aparelhos.

Ninguém vai mais sair de casa para visitar os amigos: ficarão conversando pelo *Messenger* ou pelo *Skype*. E um dos primeiros sinais disso é que qualquer conversa face a face é interrompida se o aparelho de alguém tocar. O aparelho tem sempre prioridade, como comprovou o ministro belga.

Eu detestaria viver num mundo onde as pessoas não saíssem mais juntas, não conversassem olhando para o rosto da outra, e tudo o mais. Sinto falta (por exemplo) do tempo em que alguns amigos passeavam juntos, conversando. Lembra-se disso? É excêntrico, mas se praticava bastante. As pessoas se encontravam e saíam andando pela calçada, conversando sobre qualquer assunto, e percorrendo cinco, dez, 15 ou 20 quarteirões até chegarem ao lugar para onde se dirigiam, ou então até avistarem por acaso um café simpático ou uma praça acolhedora e fazerem ali uma parada. Hoje ninguém caminha mais.

Todo mundo vai de carro até para uma distância de dois quarteirões. Se você disser que quer caminhar de uma ponta à outra da Avenida Paulista ou da Rio Branco, vão dizer que você não está regulando bem. Quem vai dizer isso são pessoas que andam 50 minutos de carro até uma academia, onde pagam uma nota preta para ficar andando numa esteira que não sai do lugar.

O ministro belga calaria os críticos se provasse que o torpedo recebido durante o discurso era de um assessor ou secretário enviando-lhe uma informação essencial para aquele pronunciamento público. Só isso (no meu entender) o redimiria; mas é bem capaz de ter sido a mulher dele perguntando: “Vai dar tempo de irmos à ópera hoje?”, ou algo assim.

O problema não são os equipamentos eletrônicos. O problema é que criamos diante da correspondência digital uma atitude ansiosa (“preciso urgentemente saber que recado é este”) e passiva (“se a mensagem chegou, tenho de obedecer, tenho de olhar”).

(Braulio Tavares. Disponível em: <http://www.cartafundamental.com.br/single/show/80>. Publicado em: Nov./2013. Adaptado.)

21

Com base na leitura do texto, de acordo com o disposto pelo autor, NÃO se pode inferir que

- A) as mensagens virtuais estão se tornando prioridade na vida das pessoas.
- B) o uso dos aparelhos eletrônicos fará com que as pessoas não saiam de casa.
- C) uma pessoa pública tem sempre o dever de ler e responder as mensagens recebidas.
- D) as relações humanas correm o risco de ficarem comprometidas, devido ao uso de celulares.

22

Segundo o autor, houve uma discussão na imprensa acerca da atitude do ministro belga. Tal fato ocorreu porque a mensagem recebida

- A) não era importante.
- B) suspendeu um pronunciamento.
- C) era relevante para o que ele diria a seguir.
- D) enviada pelo seu secretário, referia-se a um assunto particular.

23

Com base no trecho “É algo mais previsto e mais anunciado do que o fim do mundo pelo Calendário Maia.” (1º§), marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) O termo “algo” refere-se à discussão na imprensa.
- ( ) Segundo o autor, a previsão de que o mundo iria acabar foi profetizada pelo Calendário Maia.
- ( ) O autor quis dizer com essa frase que é normal e, portanto, previsível responder a uma mensagem de celular durante uma cerimônia.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, V, F.

24

Analisando o trecho “Todo mundo vai de carro até para uma distância de dois quarteirões. Se você disser que quer caminhar de uma ponta à outra da Avenida Paulista ou da Rio Branco, vão dizer que você não está regulando bem.” (4º§), é correto afirmar que as pessoas

- A) têm evitado andar de carro.
- B) usam o carro apenas para percursos longos.
- C) costumam fazer caminhadas em áreas públicas.
- D) que gostam de caminhar são consideradas insanas.

25

Para compreender plenamente um texto é necessário saber o significado das palavras nele dispostas. De acordo com o contexto empregado, assinale a alternativa em que a palavra destacada pode ser substituída, sem que haja alteração de sentido, pelo vocábulo relacionado.

- A) “É excêntrico, mas se praticava bastante.” (3º§) – trivial
- B) “Só isso (no meu entender) o redimiria; [...]” (5º§) – condenaria
- C) “[...] ou então até avistarem por acaso um café simpático [...].” (3º§) – agradável
- D) “[...] que serão substituídas pelas engenhocas eletrônicas: [...]” (1º§) – armadilhas

26

Analise as justificativas para o emprego da vírgula nas seguintes orações e assinale a INCORRETA.

- A) “É excêntrico, mas se praticava bastante.” (3º§) – separar oração coordenada sindética
- B) “O apocalipse digital, segundo os seus profetas, é um processo [...]” (1º§) – separar termos explicativos
- C) “[...] computadores, notebooks, palmtops, smartphones, tablets etc.” (1º§) – separar elementos enumerativos
- D) “Deu no jornal que o primeiro-ministro da Bélgica, Elio Di Rupo, interrompeu um discurso [...]” (1º§) – separar vocativo.

27

Assinale a alternativa em que a justificativa para o emprego da inicial maiúscula encontra-se INCORRETA.

- A) “[...] primeiro-ministro da Bélgica [...]” (1º§) – nome de lugar
- B) “[...] conversando pelo Messenger [...]” (2º§) – nome personificado
- C) “[...] discurso que fazia no Parlamento [...]” (1º§) – nome de instituição
- D) “[...] de uma ponta à outra da Avenida Paulista [...]” (4º§) – nome de logradouro público

**28**

Em relação à regência verbal, analise as afirmativas.

- I. O verbo “lembrar” em “Lembram-se disso?” (3º§), por ser transitivo indireto, exige o emprego da preposição “de”.
- II. O verbo “chegar” no trecho “[...] até chegarem ao lugar para onde se dirigiam [...]” (3º§) é intransitivo, porém exige a preposição “a” para reger o adjunto adverbial.
- III. No trecho “[...] ‘preciso urgentemente saber que recado é este’ [...]” (6º§) poderia ser empregada a preposição “de” antes de “saber”.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.                                      B) I e II, apenas.                                      C) I e III, apenas.                                      D) II e III, apenas.

**29**

Assinale a alternativa em que a reescrita de trechos do texto, alterando a pontuação, encontra-se, de acordo com as normas gramaticais, correta.

- A) O problema, não são os equipamentos eletrônicos. (6º§)
- B) Todo mundo, vai de carro até para uma distância de dois quarteirões. (4º§)
- C) O aparelho, tem sempre prioridade, como comprovou o ministro belga. (2º§)
- D) O problema é que criamos, diante da correspondência digital, uma atitude ansiosa e passiva. (subtítulo)

**30**

Com base no contexto do último parágrafo do texto, é correto inferir que as mensagens virtuais causam

- A) comedimento e euforia.                                      C) despreocupação e entusiasmo.
- B) impaciência e submissão.                                      D) sensação de poder e de conhecimento.

**31**

Em relação às normas gramaticais de concordância verbal, analise os trechos do texto que foram reescritos.

- I. Um dos primeiros sinais disso são que a conversa é interrompida se o aparelho de alguém tocar. (2º§)
- II. Quem vão dizer isso são pessoas que andam 50 minutos de carro até as academias. (4º§)
- III. Ninguém mais sairá de casa para visitar os amigos. (2º§)

Estão INCORRETAS as alternativas

- A) I, II e III.                                      B) I e II, apenas.                                      C) I e III, apenas.                                      D) II e III, apenas.

**32**

Analise o emprego dos parênteses nos seguintes períodos:

- “A discussão na imprensa (e entre as pessoas que leram a notícia) acabou tendendo na direção do ‘apocalipse digital’.” (1º§)
- “Sinto falta (por exemplo) do tempo em que alguns amigos passeavam juntos, conversando.” (3º§)
- “Só isso (no meu entender) o redimiria [...]” (5º§)

É correto afirmar que os parênteses

- A) separam apostos.
- B) separam expressões retificativas.
- C) podem ser substituídos por vírgulas ou travessões.
- D) não podem ser substituídos por nenhum outro sinal de pontuação.

**33**

Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam o mesmo fonema.

- A) calçada – visitar                                      C) exemplo – acaso
- B) chegarem – casa                                      D) anunciado – eletrônica

**34**

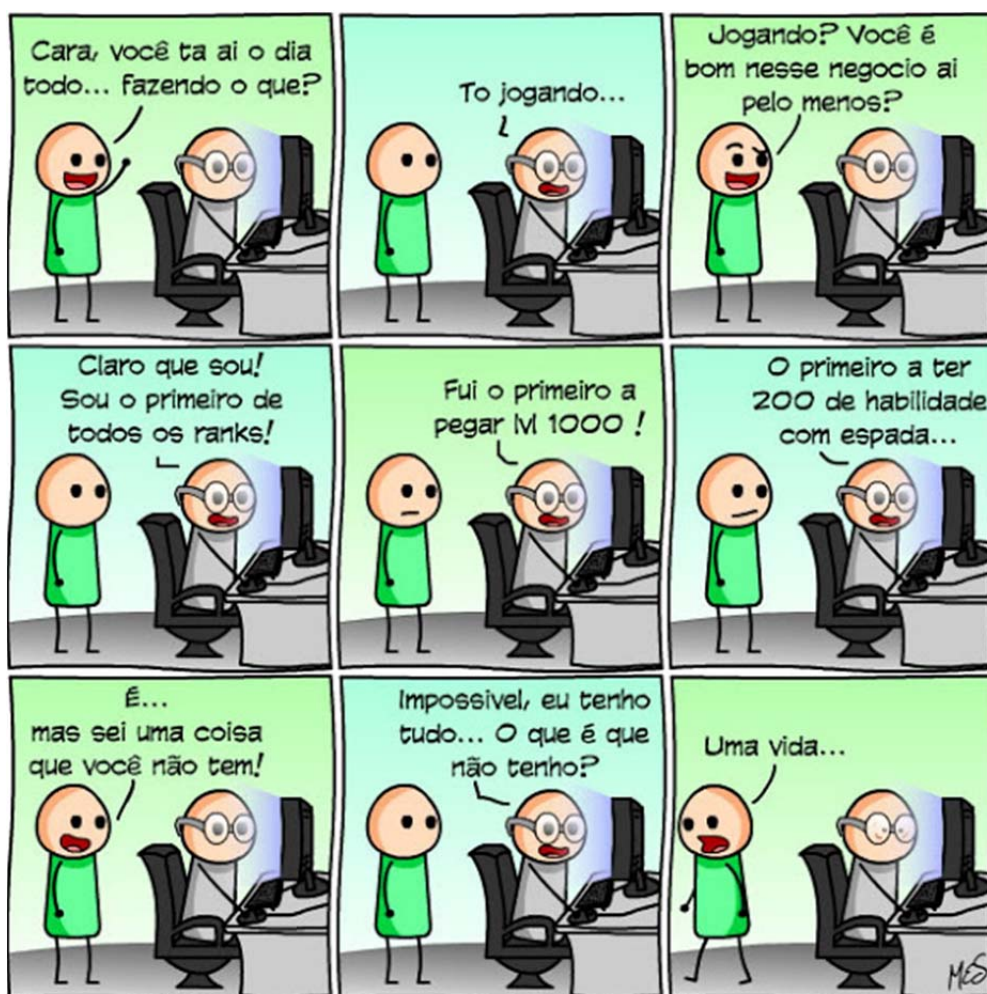
Acerca do emprego do sinal indicativo da crase em “Vai dar tempo de irmos à ópera hoje?” (5º), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O verbo “ir” tem o sentido de “comparecer”.
- ( ) A palavra “ópera” aceita o artigo definido “a”.
- ( ) Se o verbo estivesse no singular, a crase seria opcional.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.                                      B) V, F, V.                                      C) V, V, F.                                      D) V, V, V.

Texto II para responder às questões de 35 a 37.



(Disponível em: [http://www.roxtirinhas.com/2010\\_12\\_01\\_archive.html](http://www.roxtirinhas.com/2010_12_01_archive.html).)

35

Analisando os textos I e II, verifica-se que há uma certa semelhança entre eles. Assinale o trecho do texto I que poderia ser identificado no contexto do texto II.

- A) "O problema não são os equipamentos eletrônicos." (6º§)
- B) "As pessoas só falarão umas com as outras por meio desses aparelhos." (1º§)
- C) "O problema é que criamos diante da correspondência digital uma atitude ansiosa [...]" (6º§)
- D) "O apocalipse digital, segundo os seus profetas, é um processo acelerado de despersonalização das relações humanas face a face, que serão substituídas pelas engenhocas eletrônicas [...]" (1º§)

36

Analisando a ortografia das palavras da frase "Cara, você ta ai o dia todo fazendo o que?" (1º quadrinho), verifica-se que, de acordo com a norma culta, algumas palavras não foram acentuadas. Quantas palavras encontram-se escritas de forma INCORRETA?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

37

Analisando o texto II, é INCORRETO inferir que

- A) há muitas opções na vida além dos jogos virtuais.
- B) há uma crítica acerca do vício pelos jogos virtuais.
- C) ambos os personagens são ótimos em jogos virtuais.
- D) um dos personagens acredita que tem tudo de que precisa.



Texto III para responder às questões de 38 a 40.



(Disponível em: <http://inclusaodigital82013.blogspot.com.br/2013/05/charges.html>.)

38

O humor da tirinha foi causado devido ao(à)

- A) alegria do filho em encontrar algo útil.
- B) interpretação equivocada de uma palavra.
- C) curiosidade do pai pelo objeto encontrado.
- D) filho estar revirando o lixo enquanto o pai só observa.

39

Em “De 16 ou 32 gigas?!”, o uso dos pontos de interrogação e exclamação (?! ) justifica-se por

- A) reforçar a confirmação do objeto encontrado.
- B) estar muito espantado com a descoberta do menino.
- C) não aguentar esperar para saber as informações sobre o objeto.
- D) questionar o item encontrado, assim como estar surpreso, não acreditando na descoberta.

40

Assinale a alternativa em que, de acordo com as normas gramaticais, deveria ter sido inserida uma vírgula.

- A) “Olha pai!!”
- B) “De 16 ou 32 gigas?!”
- C) “Tem sensor gravitacional?!”
- D) “Acho que é tablet de caldo de galinha...”

## PROVA DISSERTATIVA

### ORIENTAÇÕES GERAIS

- A prova dissertativa é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) dissertação.
- A resposta da prova dissertativa deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 20 (vinte) linhas.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; possuir número de linhas abaixo do limite mínimo definido no item anterior; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- À prova dissertativa serão atribuídos 40 (quarenta) pontos, divididos conforme quesitos abaixo:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA		
Critérios	Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Aspectos Formais e Aspectos Textuais	Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	25 pontos
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	15 pontos
<b>TOTAL DE PONTOS</b>		<b>40 pontos</b>

#### Texto I

##### Os crimes virtuais e a impunidade real

O uso da *internet* já não é mais uma novidade em nosso cotidiano, simultaneamente com o benefício desse serviço surgiram os crimes virtuais, porém, o ordenamento jurídico pátrio não acompanhou a velocidade de crescimento do uso desta importante tecnologia. Existem projetos de lei que aguardam serem sancionados a mais de três anos e enquanto isso os criminosos se aperfeiçoam cada dia mais. O resultado desta disparidade é verificado no número de casos de pessoas lesadas e de indivíduos responsabilizados por estes crimes.

*(Luiz Gustavo Caratti de Oliveira, Marília Gabriela Silva Dan. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>.)*

#### Texto II

##### Justiça com as próprias mãos é 'volta à barbárie', diz ministro da Justiça

*Cardozo afirmou que violência não resolve falhas no sistema jurisdicional.  
Dona de casa foi linchada no Guarujá após boato divulgado na internet.*

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou quinta-feira (8) que atos de “justiça com as próprias mãos”, como o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, representam uma “volta à barbárie”.

No último sábado (3), a mulher de 33 anos foi espancada por moradores do bairro de Morrinhos, no Guarujá (SP), ao ser confundida com uma sequestradora de crianças após um boato divulgado em uma página no *Facebook*. Fabiane morreu nesta segunda (5) em decorrência dos ferimentos.

“Temos que perceber o seguinte: justiça com as próprias mãos nunca resolveu nem resolverá. As pessoas têm que ter direito de defesa, tem judiciário para julgar. Não podemos voltar à barbárie. Conquistamos isso com muito esforço na história da humanidade”, afirmou Cardozo após cerimônia de lançamento de uma chamada pública para a seleção de projetos de gestão territorial em terras indígenas. [...]

Para Cardozo, a violência não resolve a impunidade decorrente de falhas no sistema penal brasileiro.

“O Estado está aí para atuar, o Estado está aí para julgar. Obviamente, que tem falhas no sistema jurisdicional e vamos lutar para melhorar. Mas não é com a violência, com a justiça com as próprias mãos que as coisas se resolvem. Isso só agudiza um processo perverso que temos que lutar para resolver”, afirmou.

*(Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/05/>.)*

### Texto III



(Disponível em: <http://alailson.blogspot.com.br/2012/06/crime-virtual.html>.)

### Texto IV

Fique de olho: se receber *e-mails* supostamente enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apague-os imediatamente. Tratam-se de armadilhas criadas por *hackers* para que o internauta clique em *links* infectados e instale em seu dispositivo *softwares* maliciosos, sobretudo *trojans* bancários.

(Disponível em: <http://www.crimespelainternet.com.br>. Acesso em: 02/10/2014.)

### Texto V

A Polícia Federal deflagrou, nesta terça-feira (30), a “Operação IB2K”, na tentativa de desarticular uma quadrilha suspeita de desviar pela *internet* mais de R\$ 2 milhões de cerca de 500 correntistas da Caixa Econômica Federal em todo o país.

Com o dinheiro desviado, a quadrilha bancava festas regadas a uísque, equipava carros com sons potentes, recarregava celulares pré-pagos e comprava até drogas e armas.

Jovens, com idade de 20 a 30 anos, moradores de cidades como Águas Lindas, Valparaíso, Jardim Ingá, em Goiás, e Santa Maria, Taguatinga e Ceilândia, no DF. O tamanho do golpe, contabilizado pela PF entre setembro de 2012 e junho de 2013, pode ser ainda maior.

Correntistas de outros bancos também foram lesados por uma quadrilha composta por seis *hackers*. As investigações indicam que integrantes da quadrilha enviavam *e-mail* com vírus capazes de coletar dados dos usuários de *internet banking* e também mensagens oferecendo serviços para pagamento com desconto de até 60% de boletos bancários e tributos como IPVA e IPTU.

(Disponível em: <http://www.crimespelainternet.com.br>. Acesso em: 30/09/2014.)

Considerando os textos apresentados como motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**“Limites entre o real e o virtual: o respeito pelos direitos humanos acima de tudo”.**

DISSERTAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

## INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento das Folhas de Respostas Definitivas (Objetiva/Dissertativa).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e prova dissertativa composta de 1 (uma) dissertação. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes nas Folhas de Respostas Definitivas (Objetiva/Dissertativa) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá levar o Caderno de Questões a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos destinados à realização das provas.
11. Ao final do tempo para realização das provas, os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto, sendo somente liberados após presenciarem o lacre de todo o material, mediante assinatura de termo formal.

## RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) e [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net), em até 2 (dois) dias após a realização da prova.
- O prazo para a interposição dos recursos será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado objeto do recurso.
- Os recursos deverão ser apresentados à CONSULPLAN via endereço eletrônico [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net), clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59 do último dia recursal. O estudante deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.